

Radicalização não ajudará os governistas

Cláudia Moema

O Governo não terá uma maioria estável no Congresso Nacional pelo menos até outubro, quando estarão ocorrendo as eleições municipais em todo o País. Sabe, por exemplo, que um projeto como o dos aposentados, cuja votação é prevista para quarta-feira, traz o risco de uma derrota devido ao grande apelo popular nele contido. Evitará defender projetos como esse, a partir de agora, por ter claro que nenhum parlamentar está disposto a cometer suicídio político, apoiando medidas impopulares. Aliado ao fator eleitoral, o Governo perdeu pontos na arregimentação de sua maioria, em função das recentes denúncias de corrupção envolvendo personalidades do primeiro escalão.

Líderes governistas não se arriscam a dizer que a empreitada do Governo, na implosão do **bloquinho** (PDS-PTB-PDC-PL), tenha sido um tiro que saiu pela culatra, uma vez que setores representativos do PDS e do PTB ainda não esqueceram o furacão chamado Ricardo Fiuza e já anunciaram que votarão contra o Governo na quarta-feira. Mais do que isso, os próprios líderes, alçados ao cargo pela ação de Fiuza, já anunciaram ao Governo que não terão como ficar contra o projeto de decreto legislativo que susta os efeitos do decreto 430 que adia para o próximo ano o pagamento de 147 por cento aos aposentados. José Luiz Maia, do PDS, poderá liberar sua bancada ou até orientá-la "em favor" dos aposentados. Da mesma forma, Nelson Marquezelli, do PTB, informou ao Governo que não tem como impingir à sua bancada esse desgaste.

Irritação — Em vários contatos ocorridos na noite de quinta-feira entre líderes governistas, e os ministros Jarbas Passarinho e Ricardo Fiuza a análise é que se chegou é que a derrota na quarta-feira é líquida e certa. Alguns deles chegaram a se irritar com a comemoração feita pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) pelo fato de ter arancado do inexperiente colega Ricardo Heráclio — que vem a ser o suplente de Fiuza e que acaba de assumir o mandato — a assinatura contribuindo para o requerimento de urgência ao projeto dos aposentados. Heráclio, depois, acabou retirando sua assinatura, orientado por um outro colega. Apesar da certeza da derrota, o Governo analisa uma forma de não sofrê-la e estuda a viabilidade de divulgar em tempo uma solução.

Fora isso, o Governo continuará adotando suas táticas com vistas à obtenção de uma maio-

ria. "O Fiuza entrará em ação", dizia na semana passada um deputado bastante próximo politicamente ao ministro. O Governo vai colocar um ponto final na atuação de alguns peemedebistas que não assumem que são governistas mas têm livre trânsito na Esplanada dos Ministérios.

Resposta — "O que é isso agora? O livre trânsito na Esplanada vai ser interrompido? Vão colocar uma placa?", ironizou o líder do PMDB, Genebaldo Correia ao criticar a atitude do Governo "que, se pretende levar o Brasil para o Primeiro Mundo, não pode continuar utilizando essas práticas tão ponderáveis e atrasadas de cooptação". Genebaldo responde às provocações governistas lembrando que se um deputado peemedebista se foi, na mesma semana o partido recebeu outro, o deputado Gilvan Borges (AP), que estava sem partido. Mais seriamente, o líder avisa que se o Governo partir mesmo para esse caminho, estará radicalizando o processo político no Congresso. "É bom lembrarem que nos grandes clássicos do futebol, quando perde um jogador, o time dobra seu esforço e consegue vencer. O PMDB vai resistir", garantiu.

RENATO COSTA



Genebaldo: sem obstrução

Oposição — Se para o lado do Governo a situação não é das melhores, no campo das oposições os fatos não são muito diferentes. Parte da bancada **tucana** se rebelou contra o líder José Serra porque este adotou um comportamento não muito firme na primeira reunião de líderes. Na ocasião, Serra havia assinado a urgência para o projeto do Governo criando a Secretaria de Governo e, por influência de Genebaldo Correia, retirou sua assinatura.

Companheiros seus disseram-lhe para não ficar a reboque do PMDB porque se o PSDB adotar tal postura o melhor caminho será retornar ao partido de origem, o próprio PMDB. O PST do ex-governador Álvaro Dias é outro que se encontra em uma posição delicada. Não pode apoiar ostensivamente o Gover-

no já que nem os partidos que o apoiam normalmente estão fazendo por ser este um ano eleitoral.

Forças — Lembra o líder do PDC, Eduardo Siqueira Campos, que, infelizmente, os acertos do Governo tais como quebra na reserva de informática ou desregulamentação no sistema de distribuição de derivados de petróleo não serão levados para a campanha eleitoral porque não são argumentos facilmente encontrados em palanque. "Enquanto a oposição vai utilizar temas como salário e aposentados e de forma demagógica, como sempre". Para Genebaldo Correia, o Governo tem um adversário muito grande: seu alto índice de rejeição popular o que o dificulta em seu processo de arregimentação de forças. Da mesma forma, ele sabe que a oposição também não conta com maioria.

O que ocorreu na semana passada é retrato do que existe hoje no Congresso: aparente maioria para Governo e aparente maioria para a oposição. Mas só no papel. E por saber que não tem maioria e que perderá no projeto dos aposentados, o Governo marcou, propositadamente, a votação do projeto da Secretaria de Governo, um dia antes, na terça-feira, para que o processo não seja influenciado pelas galerias que, na quarta-feira, estarão lotadas de aposentados. Aliás, enquanto o Governo passou esses últimos dias disparando telegramas aos integrantes de suas bancadas para estarem em Brasília na terça-feira, as oposições, e em especial o PMDB, além de convocarem suas bancadas, estão articulando a vinda de ônibus cheios de aposentados de todo o País. Genebaldo, inclusive, garante que, na votação de terça, apresentará um requerimento pedindo inversão de pauta para que a Secretaria seja votada na quarta, sob os olhares dos aposentados.

Para infelicidade do Governo, diz um deputado a ele ligado, o primeiro embate nesse processo de formação de uma maioria ou uma base sólida acabou sendo uma matéria de cunho social em um ano eleitoral. Mas Siqueira Campos acha que esse projeto não serve de exemplo e que o teste só irá ocorrer após as primeiras votações comuns do Congresso. Além disso, o próprio líder do PMDB não vai obstruir nem mesmo o Emen-dão.

O Governo, concorda a maioria dos líderes, conta com certos pouco mais de 200 deputados, em uma visão otimista. A oposição só consegue 252 votos em matérias de enorme apelo popular. Por isso, como ninguém tem maioria, garantem alguns parlamentares ligados ao Governo, e embora Fiuza ainda persiga a formação de uma base, as maiorias serão eventuais, caso a caso. Pelo menos, até outubro.